

CONHECIMENTOS GERAIS / LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 01 para as questões 01 e 02.

*Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
renunciar a palavras
e a pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos e
ser otimista.*

Disponível em: https://www.google.com/search?Q=textos+sobre+mulher&oq=&gs_lcrp. Acesso em 16/07/2024.

01. Do texto 01, extrai-se que

- A) ele retrata uma mulher de pouca luta.
- B) a mulher em foco tem tendência ao pessimismo.
- C) ele revela uma mulher perseverante e otimista.
- D) o tempo não favoreceu a vida dessa mulher.
- E) os valores humanos não eram de grande importância para essa mulher.

02. Leia o fragmento de texto abaixo:

*Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta.
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e a pensamentos negativos.*

Com relação à Regência Verbal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O verbo “amar” exige complemento regido de preposição.
- B) O verbo “desistir” exige complemento não regido de preposição.
- C) Tanto o verbo “amar” como “renunciar” exigem complementos regidos de preposição.
- D) Os complementos do verbo “renunciar” vêm regidos de preposição.
- E) O complemento do verbo “recomeçar” não vem regido de preposição.

Texto 02 para as questões de 03 a 09.

Canção das mulheres

*Que o outro saiba quando estou com medo e me tome nos braços sem fazer perguntas demais.
Que o outro note quando preciso de silêncio e não vá embora batendo a porta, mas entenda que não o amarei menos porque estou quieta.
Que o outro aceite que me preocupo com ele e não se irrite com minha solicitude, e, se ela for excessiva, saiba me dizer isso com delicadeza ou bom humor.
Que o outro perceba minha fragilidade e não ria de mim nem se aproveite disso.
Que, se eu faço uma bobagem, o outro goste um pouco mais de mim, porque também preciso poder fazer tolices tantas vezes.
Que, se estou apenas cansada, o outro não pense logo que estou nervosa, ou doente, ou agressiva nem diga que reclamo demais.
Que o outro sinta quanto me dói a ideia da perda e ouse ficar comigo um pouco – em lugar de voltar logo à sua vida.
Que, se estou numa fase ruim, o outro seja meu cúmplice, mas sem fazer alarde nem dizendo “Olha que estou tendo muita paciência com você!”
Que, quando sem querer eu digo uma coisa bem inadequada diante de mais pessoas, o outro não me exponha nem me ridicularize.
Que, se eventualmente perco a paciência, perco a graça e perco a compostura, o outro ainda assim me ache linda e me admire.*

Que o outro não me considere sempre disponível, sempre necessariamente compreensiva, mas me aceite quando não estou podendo ser nada disso.

Que, finalmente, o outro entenda que, mesmo se às vezes me esforço, não sou nem devo ser, a mulher-maravilha, mas apenas uma pessoa: vulnerável e forte, incapaz e gloriosa, assustada e audaciosa – uma mulher.

Lya Luft. Pensar é transgredir. Rio de Janeiro: Record, 2011. https://www.pensador.com/textos_sobre_a_mulher/. Acesso em 16/07/20da'. Adaptado.

03. No texto 02, a autora faz referência à mulher. Dele extrai-se que

- A) toda mulher é muito frágil e, por isso, em alguns momentos, corre o risco de ser depreciada por muitos.
- B) em alguns momentos, o silêncio da mulher não caracteriza abandono nem indiferença alheia.
- C) as tolices femininas devem ser combatidas e severamente punidas.
- D) o desequilíbrio da mulher sempre gera nos outros apatia e aversão.
- E) a mulher precisa sempre ser alguém disponível e compreensivo com o outro.

04. Após a leitura do texto 02, segundo a autora,

- A) a mulher é sexo frágil e merece, em algumas circunstâncias, ser mesmo depreciada e não ser ouvida pelo outro.
- B) perder a paciência é algo mais inerente ao homem.
- C) essa mulher precisa ser respeitada pelo outro, até mesmo nos momentos de irritabilidade e impaciência.
- D) a solidão feminina acontece somente em momentos de perda.
- E) a audácia faz parte do universo feminino, sem excluir nenhuma delas.

05. Se o texto 02 fosse intitulado “Canção dos homens”, assinale a alternativa cujo trecho NÃO apresenta incorreção gramatical em relação à concordância nominal.

- A) Mas entenda que não a amarei menos porque estou quieto.
- B) Que se estou apenas cansado, o outro não pense logo que estou nervosa, ou doente, ou agressiva, nem diga que reclamo demais.
- C) O outro ainda assim me ache linda e me admire.
- D) Que o outro não me considere sempre disponível, sempre necessariamente compreensiva.
- E) Vulnerável e forte, incapaz e gloriosa, assustada e audaciosa.

06. Leia o fragmento de texto abaixo:

Que o outro não me considere sempre disponível, sempre necessariamente compreensiva, MAS me aceite QUANDO não estou podendo ser nada disso.

Sobre os termos nele destacados em maiúscula, é CORRETO afirmar que

- A) o primeiro indica ideia contrária ao que anteriormente foi declarado, podendo ser igualmente substituído por “logo”.
- B) o segundo indica temporalidade, podendo ser substituído igualmente por “embora”.
- C) apenas o primeiro indica temporalidade, podendo ser substituído por “embora”.
- D) apenas o segundo indica contrariedade, podendo ser substituído por “enquanto”.
- E) o primeiro contraria algo anteriormente declarado, podendo ser igualmente substituído por “porém”.

07. Observe o fragmento abaixo:

Que, se eu faço uma bobagem, o outro goste um pouco mais de mim, porque também preciso poder fazer tolices tantas vezes.

Se ele fosse iniciado pelo pronome “nós”, o fragmento que NÃO apresenta incorreção gramatical está indicado na alternativa

- A) Que, se nós fizemos uma bobagem, o outro goste um pouco mais de mim.
- B) Porque também precisastes poder fazer tolices tantas vezes.
- C) Que, se nós fizemos uma bobagem, o outro goste um pouco mais de nós, porque também precisamos poder fazer tolices tantas vezes.
- D) Porque também precisais poder fazer tolices tantas vezes.
- E) Que, se nós fizésseis uma bobagem, o outro goste um pouco mais de mim.

08. Observe os itens abaixo, atentando, sobretudo, para os termos destacados em maiúscula.

- | | |
|------|--|
| I. | “Que o outro note quando preciso de SILÊNCIO e não vá embora batendo a porta...” |
| II. | “...porque TAMBÉM preciso poder fazer tolices tantas vezes.” |
| III. | “Que se estou numa fase ruim, o outro seja meu CÚMPLICE...” |
| IV. | “Que se eventualmente perco a PACIÊNCIA, perco a graça e perco a compostura...” |

Sobre esses termos, está **CORRETO** o que se declara na alternativa

- A) No item I, o termo acentuado se justifica por ser paroxítona terminada em hiato.
 B) No item II, o termo destacado é paroxítona terminada em “em”, daí ser acentuado.
 C) No item III, a tonicidade do termo recai na penúltima sílaba.
 D) No item IV, o termo é acentuado por ser paroxítona terminada em hiato.
 E) Tanto no item I como no IV, os termos destacados seguem a mesma regra de acentuação.

09. Em: “Que o outro não me considere sempre disponível, sempre necessariamente compreensiva, mas me aceite quando não estou podendo ser nada disso.”, é **CORRETO** afirmar que

- A) as vírgulas são facultativas.
 B) apenas a primeira vírgula é facultativa.
 C) a segunda vírgula poderia ser substituída por um ponto-e-vírgula, e isso não caracterizaria desobediência às normas gramaticais vigentes.
 D) a construção “Que o outro não me considere sempre disponível e sempre necessariamente compreensiva...” estaria também gramaticalmente correta.
 E) a última vírgula se justifica por separar uma oração intercalada.

Texto 03 para as questões de 10 a 20.

Violência Contra a Mulher

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.

A violência atinge mulheres e homens de formas distintas. Grande parte das violências cometidas contra as mulheres é praticada no âmbito privado, enquanto que as que atingem homens ocorrem, em sua maioria, nas ruas. Um dos principais tipos de violência empregados contra a mulher ocorre dentro do lar, sendo esta praticada por pessoas próximas à sua convivência, como maridos/esposas ou companheiros/as, sendo também praticada de diversas maneiras, desde agressões físicas até psicológicas e verbais. Onde deveria existir uma relação de afeto e respeito, existe uma relação de violência, que muitas vezes é invisibilizada por estar atrelada a papéis que são culturalmente atribuídos para homens e mulheres. Tal situação torna difícil a denúncia e o relato, pois torna a mulher agredida ainda mais vulnerável à violência. Pesquisa revela que, segundo dados de 2006 a 2010 da Organização Mundial de Saúde, o Brasil está entre os dez países com maior número de homicídios femininos. Esse dado é ainda mais alarmante quando se verifica que, em mais de 90% dos casos, o homicídio contra as mulheres é cometido por homens com quem a vítima possuía uma relação afetiva, com frequência na própria residência das mulheres.

Não é apenas no âmbito doméstico que as mulheres são expostas à situação de violência. Esta pode atingi-las em diferentes espaços, como a violência institucional, que se dá quando um servidor do Estado a pratica, podendo ser caracterizada desde a omissão no atendimento até casos que envolvem maus-tratos e preconceitos. Esse tipo de violência também pode revelar outras práticas que atentam contra os direitos das mulheres, como a discriminação racial.

O assédio também é uma violência que pode ocorrer no ambiente de trabalho, em que a mulher se sente muitas vezes intimidada, devido a este tipo de prática ser exercida principalmente por pessoas que ocupam posições hierárquicas superiores às mesmas...

O tráfico e a exploração sexual de mulheres, meninas e jovens também é uma prática relevante no que diz respeito às violências de gênero. O tráfico de mulheres, que tenha como finalidade a exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão, a servidão, a remoção de órgãos ou o casamento servil, envolve uma ampla rede de atores e ocorre tanto local quanto globalmente, consistindo em violação dos direitos humanos das mulheres.

O enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres é um importante demanda no que diz respeito a condições mais dignas e justas para as mulheres. A mulher deve possuir o direito de não sofrer agressões no espaço público ou privado, a ser respeitada em suas especificidades e a ter garantia de acesso aos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, quando passar por situação em que sofreu algum tipo de agressão, seja ela física, moral, psicológica ou verbal. É dever do Estado e uma demanda da sociedade enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. Coibir, punir e erradicar todas as formas de violência devem ser preceitos fundamentais de um país que preze por uma sociedade justa e igualitária entre mulheres e homens.

Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>. Acesso em 16/07/2024. Adaptado.

10. Assinale a alternativa cujo texto expressa uma ideia NÃO contemplada no texto 03.

- A) A violência atinge tanto homens como mulheres.
- B) Caracteriza-se violência institucional aquela praticada por servidor estadual.
- C) O assédio se inclui dentre os tipos de violência institucional.
- D) A exploração sexual de mulheres, meninas e jovens não se inclui como prática de violência de gênero.
- E) À mulher cabe o direito de não sofrer agressões quer no âmbito público ou privado.

11. Observe o fragmento abaixo:

O enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres é uma importante demanda no que diz respeito a condições mais dignas e justas para as mulheres.

Sobre ele, é CORRETO afirmar que

- A) não há o que se fazer diante das diversas formas de violência contra as mulheres.
- B) diante das diversas formas de violência contra as mulheres, é preciso ter cautela para que elas possam viver mais confortavelmente.
- C) é de grande relevância combater as múltiplas formas de violência contra as mulheres, a fim de que elas possam viver em condições de justiça e de mais dignidade.
- D) enfrentar os agentes que praticam a violência contra as mulheres concorre para ofertar-lhes uma vida justa, porém indigna.
- E) apesar de irrisórias, é preciso combater as formas de violência contra as mulheres para que elas possam viver em condições de indignidade e injustiça.

12. Em relação ao tipo de gênero, o texto 03 se caracteriza como

- A) narrativo.
- B) descritivo.
- C) expositivo.
- D) injuntivo.
- E) dissertativo.

13. Em qual dos fragmentos abaixo, os termos destacados em negrito são exemplos de Regência Nominal?

- A) "...atingindo-as em seus direitos **à vida, à saúde e à integridade física.**"
- B) "...enquanto que as que atingem homens ocorrem, em sua maioria, **nas ruas.**"
- C) "...sendo também praticada **de diversas maneiras...**"
- D) "...é cometido por homens com quem a vítima possuía **uma relação afetiva...**"
- E) "...de um país que preze **por uma sociedade justa e igualitária entre mulheres e homens.**"

14. Em qual alternativa abaixo, existe uma justificativa para o acento do termo destacado em maiúscula estar INCORRETA?

- A) "Grande parte das violências cometidas contra as mulheres é praticada no **ÂMBITO** privado..." – trata-se de uma palavra proparoxítona, daí ser acentuada.
- B) "...sendo esta praticada por pessoas próximas à sua **CONVIVÊNCIA...**" – trata-se de uma paroxítona terminada em ditongo crescente.
- C) "O assédio **TAMBÉM** é uma violência que pode ocorrer no ambiente de trabalho..." – paroxítona terminada em "em".
- D) "...é cometido por homens com quem a vítima **POSSUÍA** uma relação afetiva..." – o acento se justifica pelo fato de o "i" formar hiato.
- E) "a escravatura, a servidão, a remoção de **ÓRGÃOS** ou o casamento servil, envolve uma ampla rede de atores..." – trata-se de uma paroxítona terminada no ditongo "ão".

15. Sobre Regência Verbal, analise os itens abaixo:

- I.** “A violência atinge mulheres e homens de formas distintas.”
II. “...com quem a vítima possuía uma relação afetiva...”
III. “...que atentam contra os direitos das mulheres, como a discriminação racial.”
IV. “...e consiste em violação dos direitos humanos das mulheres.”
V. “...em que sofreu algum tipo de agressão, seja ela física, moral, psicológica ou verbal.”

Em que item(ns), o verbo exige apenas complemento regido de preposição?

- A) I e III.
 B) III e IV.
 C) I e IV.
 D) III e V.
 E) IV e V.

16. Assinale a alternativa em que a crase é facultativa.

- A) “...sendo esta praticada por pessoas próximas à sua convivência...”
 B) “Não é apenas no âmbito doméstico que as mulheres são expostas à situação de violência.”
 C) “...também é uma prática relevante no que diz respeito às violências de gênero.”
 D) “O enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres é uma importante demanda...”
 E) “...atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.”

17. Assinale a alternativa cujas vírgulas foram utilizadas para separar elementos de mesma função sintática.

- A) “...enquanto que as que atingem homens ocorrem, em sua maioria, nas ruas.”
 B) “...sendo esta praticada por pessoas próximas à sua convivência, como maridos/esposas ou companheiros/as, ...”
 C) “Onde deveria existir uma relação de afeto e respeito, existe uma relação de violência, ...”
 D) “...seja ela física, moral, psicológica ou verbal.”
 E) “...que pode ocorrer no ambiente de trabalho, em que a mulher se sente muitas vezes intimidada, ...”

18. Observe o fragmento de texto abaixo:

Não é apenas no âmbito doméstico que as mulheres são expostas à situação de violência. Esta pode atingi-las em diferentes espaços, como a violência institucional, que se dá quando um servidor do Estado a pratica, podendo ser caracterizada desde a omissão no atendimento até casos que envolvem maus-tratos e preconceitos.

Assinale a alternativa que expressa mensagem similar à do fragmento acima.

- A) Exclusivamente no segmento doméstico, as mulheres se expõem a situações de violência. No espaço profissional, não se registrou até o momento qualquer tipo de violência à mulher.
 B) Tanto no ambiente doméstico quanto no profissional as mulheres são expostas a cenas de violência. Em relação à institucional, esta acontece quando um servidor da área privada a pratica.
 C) Somente no segmento privado, existe violência contra a mulher. O profissional que a pratica sofre punições severas, sobretudo quando envolve situações de maus-tratos.
 D) Não somente no âmbito doméstico, as mulheres vivem situações de violência. Quando esta é institucional, é praticada por um servidor estadual, podendo ser caracterizada por situações diversas, desde a omissão no atendimento até casos que compreendem maus-tratos e preconceitos.
 E) Prioritariamente, é no ambiente doméstico que se registram casos de violência à mulher. A violência institucional acontece tanto por pessoas que trabalham em instituições públicas como privadas.

19. Abaixo, todas as palavras destacadas em maiúscula são classificadas do mesmo modo em relação à acentuação, EXCETO uma.

Assinale a alternativa que a indica.

- A) "...sendo esta praticada por pessoas PRÓXIMAS à sua convivência..."
- B) "...o Brasil está entre os dez países com maior NÚMERO de homicídios femininos..."
- C) "Tal situação torna DIFÍCIL a denúncia e o relato..."
- D) "...é cometido por homens com quem a VÍTIMA possuía uma relação afetiva..."
- E) "...por pessoas que ocupam posições HIERÁRQUICAS superiores às mesmas..."

20. Observe os itens abaixo, atentando para os termos destacados em maiúscula.

- I.** "Tal situação torna difícil a denúncia e o relato, POIS torna a mulher agredida ainda mais vulnerável à violência." – o termo destacado liga orações exprimindo circunstância de modalidade.
- II.** "...e a ter garantia de acesso aos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher QUANDO passar por situação em que sofreu algum tipo de agressão..." – o termo destacado exprime ideia de temporalidade.
- III.** "Grande parte das violências cometidas contra as mulheres é praticada no âmbito privado, ENQUANTO que as que atingem homens ocorrem..." – o termo destacado liga orações e exprime ideia de finalidade.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I, II e III.
- E) II, apenas.

Texto 04 para as questões 21 e 22.

Quando vires um homem bom, tenta imitá-lo; quando vires um homem mau, examina-te a ti mesmo.
(Confúcio)

21. Os verbos do texto 04 estão conjugados na 2ª. pessoa do singular. Conjugando-os na 3ª. pessoa do singular, tem-se como CORRETA a alternativa

- A) Quando virdes um homem bom, tentes imitá-lo; quando virdes um homem mau, examinai-vos a vós mesmos.
- B) Quando vir um homem bom, tente imitá-lo; quando vir um homem mau, examine-se a si mesmo.
- C) Quando virmos um homem bom, tentemos imitá-lo; quando virmos um homem mau, examinemo-nos a nós mesmos.
- D) Quando vires um homem bom, tenteis imitá-lo; quando vires um homem mau, examina-te a ti mesmo.
- E) Quando vir um homem bom, tenta imitá-lo; quando vir um homem mau, examinei-vos a vós mesmos.

22. Em relação à pontuação do texto 04, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As vírgulas nele existentes são facultativas.
- B) O ponto-e-vírgula poderia ser substituído por uma vírgula, e isso não caracteriza incorreção gramatical em relação às normas vigentes.
- C) A vírgula após o termo "bom" poderia ser substituída por dois pontos, e isso não seria caracterizado como desvio em relação às normas vigentes.
- D) Ambas as vírgulas se justificam porque isolam orações deslocadas.
- E) Ambas as vírgulas separam orações intercaladas.

Texto 05 para as questões de 23 a 26.***Clementina de Jesus***

O samba é um gênero musical brasileiro, originário da cidade do Rio de Janeiro. A canção, que marca o nascimento do estilo, é de 1916 e, desde então, o ritmo faz parte da identidade nacional. Clementina de Jesus é uma das maiores sambistas de todos os tempos, tendo papel fundamental na divulgação dos cantos ancestrais dos escravos africanos, com um repertório dedicado às músicas de raízes afro-brasileiras tradicionais. Apesar do inegável talento, porém, Clementina foi descoberta e reconhecida após os 60 anos de idade, tendo trabalhado a vida toda como empregada doméstica.

Disponível em: <https://studiopipoca.com/blogs/novidades/mais-10-mulheres-brasileiras-que-fizeram-historia-para-te-inspirar>. Adaptado.

Acesso em 17/07/2024.

23. Em relação ao texto 05, assinale a alternativa cuja mensagem revela ideia que NÃO foi nele contemplada.

- A) O samba nasceu no cenário carioca.
- B) Clementina de Jesus se destacou como cantora, que divulgou os cantos ancestrais dos escravos africanos.
- C) O talento de Clementina é reconhecido por poucos, sobretudo no âmbito da música.
- D) Clementina de Jesus só foi descoberta após os 60 anos de idade.
- E) O samba é um ritmo que começou a fazer parte da identidade nacional a partir do ano de 1916.

24. Leia o fragmento de texto:

“...com um repertório dedicado às músicas de raízes afro-brasileiras tradicionais.”

Sobre a crase nele existente, se o termo “músicas” fosse substituído por “canções” ou “melodias”, assinale a alternativa que NÃO apresenta incorreção.

- A) Com um repertório dedicado as canções de raízes afro-brasileiras tradicionais.
- B) Com um repertório dedicado à canções de raízes afro-brasileiras tradicionais.
- C) Com um repertório dedicado às canções de raízes afro-brasileiras tradicionais.
- D) Com um repertório dedicado à melodias de raízes afro-brasileiras tradicionais.
- E) Com um repertório dedicado as melodias de raízes afro-brasileiras tradicionais.

25. Leia o fragmento de texto abaixo:

A canção, que marca o nascimento do estilo, é de 1916 e, desde então, o ritmo faz parte da identidade nacional.

Assinale a alternativa que expressa a mesma mensagem desse fragmento.

- A) 1916 marca o início do samba, embora só após dois anos tenha se tornado símbolo nacional.
- B) A canção, que registra o nascimento do samba, data de 1916.
- C) Após 1916, o samba começou a ser considerado identidade nacional.
- D) O samba é ritmo e como tal se instalou no século XVIII, fazendo parte da identidade nacional.
- E) Várias canções gravadas anteriormente ao ano de 1916 marcaram o nascimento do samba.

26. Em que alternativa, a tonicidade do termo destacado em maiúscula recai na antepenúltima sílaba?

- A) “O samba é um GÊNERO musical brasileiro, originário da cidade do Rio de Janeiro.”
- B) “Apesar do INEGÁVEL talento, porém, Clementina foi descoberta...”
- C) “Clementina foi descoberta e reconhecida APÓS os 60 anos de idade...”
- D) “...com um repertório dedicado às músicas de RAÍZES afro-brasileiras tradicionais.”
- E) “Apesar do inegável talento, PORÉM, Clementina foi descoberta...”

TEXTO 06 para as questões de 27 a 30.***O papel da educação na inclusão e no respeito entre as pessoas***

A inclusão é um direito garantido por lei, já que a Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao Ensino Fundamental Regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção.

A escola deve ser um lugar de encontro para compartilhar o conhecimento e oferecer trocas de experiências com o diferente, e a inclusão contribui para a melhoria do ensino, pois incentiva que a educação seja vista com outros olhos. Inclusão não diz respeito somente a pessoas deficientes, mas sim, a todos aqueles que são excluídos ou discriminados de alguma forma.

Todos ganham com os benefícios que a inclusão gera, pois somos levados a praticar a empatia, a exercitar a tolerância e a respeitar o próximo, seja ele quem for.

Precisamos acreditar que a educação é o motor da mudança em direção ao mundo que queremos viver e deixar para os nossos. Mas é importante saber que a inclusão e o respeito às diferenças não se aprendem somente na escola. É preciso ter consciência de que todos nós somos agentes de mudança e ferramentas da educação.

Disponível em: <https://vitalatman.com.br/blog/respeitar-o-proximo-e-respeitar-a-si-mesmo-reflita-sua-relacoes/> Acesso em 17/07/2024.

Adaptado.

27. De acordo com o texto 06,

- A) a Constituição de 1988 exclui algumas crianças e adolescentes do acesso ao Ensino Fundamental Regular.
- B) poucas pessoas usufruem de benefícios gerados pela inclusão.
- C) a educação afigura-se como o motor capaz de gerir mudanças em relação ao mundo que não só queremos viver mas deixar para os nossos descendentes.
- D) a escola é um espaço exclusivamente para a partilha de conhecimentos.
- E) a inclusão se restringe a pessoas deficientes.

28. Sobre o tipo de gênero, o texto 06 é classificado como

- A) expositivo.
- B) narrativo.
- C) descritivo.
- D) injuntivo.
- E) dissertativo.

29. Assinale a alternativa em que o termo em parênteses tem o mesmo significado do termo destacado em maiúscula.

- A) "...pois INCENTIVA que a educação seja vista com outros olhos." (ressalva)
- B) "Todos ganham com os benefícios que a inclusão GERA..." (interfere)
- C) "...para compartilhar o conhecimento e OFERECER trocas de experiências com o diferente..." (valorizar)
- D) "A inclusão é um direito GARANTIDO por lei, já que a Constituição Brasileira de 1988..." (assegurado)
- E) "...e a inclusão CONTRIBUI para a melhoria do ensino..." (endossa)

30. Em que alternativa abaixo, os termos destacados em maiúscula indicam um exemplo de Regência Nominal?

- A) "...a exercitar a tolerância e a respeitar O PRÓXIMO, seja ele quem for..."
- B) "Mas é importante saber que a inclusão e o respeito ÀS DIFERENÇAS não se aprendem somente na escola.
- C) "...garante o acesso ao Ensino Fundamental Regular A TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, sem exceção."
- D) "Precisamos acreditar que A EDUCAÇÃO é o motor da mudança..."
- E) "...pois somos levados a praticar A EMPATIA, a exercitar a tolerância..."

CONHECIMENTOS GERAIS / PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

31. A Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) traz relevantes disposições sobre o acompanhamento da mulher nos serviços de saúde.

Assinale a alternativa CORRETA em relação às disposições da Lei Orgânica da Saúde sobre o acompanhamento da mulher nos serviços de saúde.

- A) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde pública ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. O acompanhante deverá comprovar relação de parentesco direto, casamento ou união estável com a paciente.
- B) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde pública ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. Contudo, no caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde.
- C) No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, não se admite em qualquer hipótese a renúncia da paciente ao direito de indicar acompanhante.
- D) Apenas os serviços da rede própria do Sistema Único de Saúde ficam obrigados a permitir a presença de um acompanhante junto à mulher em consultas, exames e procedimentos realizados.
- E) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde pública ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior ou menor de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. O acompanhante será de livre indicação da paciente ou nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal e estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.

32. O Brasil é signatário da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (Decreto n. 4.377, de 13 de setembro de 2002), que prevê a criação de um Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, a fim de examinar os progressos alcançados na aplicação da referida Convenção.

Em relação a esse Comitê, é INCORRETO afirmar que

- A) o Comitê, através do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, informará anualmente a Assembleia Geral das Nações Unidas de suas atividades e poderá apresentar sugestões e recomendações de caráter geral, baseadas no exame dos relatórios e em informações recebidas dos Estados-Partes.
- B) os Estados-Partes comprometem-se a submeter ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para exame do Comitê, um relatório sobre as medidas legislativas, judiciárias, administrativas ou outras que adotarem para tornarem efetivas as disposições da Convenção.
- C) com o fim de examinar os progressos alcançados na aplicação da Convenção, foi estabelecido o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher, composto no momento da entrada em vigor da Convenção, de onze e, após sua ratificação e adesão pelo trigésimo-quinto Estado-Parte, de vinte e um peritos de grande prestígio moral e competência na área abarcada pela Convenção. Os peritos serão eleitos pelos Estados-Partes entre seus nacionais e exercerão suas funções a título pessoal; será levada em conta uma repartição geográfica equitativa e a representação das formas diversas de civilização assim como dos principais sistemas jurídicos.
- D) o Secretário-Geral das Nações Unidas proporcionará o pessoal e os serviços necessários ao desempenho eficaz das funções do Comitê em conformidade com a Convenção.
- E) os membros do Comitê serão eleitos em escrutínio secreto de uma lista de pessoas indicadas pelos Estados-Partes. Cada um dos Estados-Partes poderá indicar uma pessoa entre seus próprios nacionais.

33. A Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a Violência contra a Mulher (Decreto n. 1.973, de 1º de Agosto de 1996), também conhecida como Convenção de Belém do Pará, veicula importantes direitos e garantias para as mulheres.

Analise as afirmativas abaixo em relação à Convenção de Belém do Pará:

- I. A Convenção de Belém do Pará limita-se a reconhecer que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica.
- II. A Convenção de Belém do Pará reconhece expressamente que a violência contra a mulher também abrange a violência patrimonial e a violência política.
- III. As disposições dessa Convenção prevalecerão sobre a legislação interna dos Estados -Partes, ainda que ofereçam proteções e garantias iguais ou maiores para os direitos da mulher.

IV. Toda mulher tem direito ao reconhecimento, desfrute, exercício e proteção de todos os direitos humanos e liberdades consagrados em todos os instrumentos regionais e internacionais relativos aos direitos humanos. Esses direitos abrangem, entre outros, o direito a recesso simples e rápido perante tribunal competente que a proteja contra atos que violentem seus direitos.

Estão CORRETAS

- A) I e IV, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) II, III e IV, apenas.

34. No contexto do Estado de Pernambuco, deve-se destacar a Lei n. 17.768, de 03 de maio de 2022; que institui a Política Estadual de atendimento à gestante no Estado de Pernambuco.

Dentre os princípios pertinentes à Política Estadual de Atendimento à Gestante, previstos expressamente na mencionada Lei, não se pode relacionar o princípio da

- A) preferência pela utilização dos métodos menos invasivos e mais naturais.
- B) a proteção e a concretização dos direitos humanos.
- C) a autonomia da vontade das gestantes e das famílias.
- D) valorização da família biológica.
- E) atenção especial às gestantes em situação de vulnerabilidade social, inclusive em situação de violência doméstica.

35. A Lei n. 17.768, de 03 de maio de 2022, que institui a Política Estadual de atendimento à gestante no Estado de Pernambuco, reconhece a gestante diversos direitos e impõe uma série de deveres ao Estado.

Sobre os direitos básicos das gestantes assegurados na mencionada lei, é CORRETO afirmar que

- A) o parto domiciliar está previsto expressamente no rol de direitos básicos da gestante da Lei n. 17.768/2022.
- B) a realização de consultas médicas periódicas é um direito básico da gestante e dever do Estado.
- C) é um direito básico da gestante e dever do Estado garantir a assistência por doula de livre escolha da gestante, que será remunerada às expensas da Fazenda Pública estadual.
- D) o acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta, está compreendido entre os direitos básicos da gestante.
- E) é dever do Estado e direito básico da gestante a prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

36. A Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), visa coibir a violência doméstica e familiar contra mulher.

Em relação às formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, é INCORRETO afirmar que

- A) a Lei Maria da Penha estabeleceu rol taxativo de formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.
 - B) a conduta que impeça a mulher de usar qualquer método contraceptivo pode caracterizar violência sexual.
 - C) a violência moral pode ser entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
 - D) a violência psicológica por restar evidenciada em razão de conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da vítima.
 - E) a Lei Maria da Penha prevê a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral como formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.
-

37. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018) dispõe sobre o tratamento dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. No sentido de reforçar a proteção aos dados pessoais, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional Nº 115, de 2022, acrescentando ao rol de direitos e garantias fundamentais “o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais”.

É CORRETO afirmar que a Lei Geral de Proteção de Dados deve ser aplicada ao tratamento de dados pessoais

- A) realizado para fins exclusivamente jornalísticos.
- B) realizado para fins exclusivos de segurança pública.
- C) realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- D) que tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços.
- E) de pessoas jurídicas organizadas para fins não econômicos.

38. A Lei federal n. 14.786, de 28 de dezembro de 2023, criou o protocolo “Não é Não”, voltado para a prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para a proteção à vítima.

Nos termos da Lei do protocolo “Não é Não”, é INCORRETO afirmar que

- A) é dever dos estabelecimentos abrangidos pela lei, se houver indícios de violência, afastar a vítima do agressor, inclusive do seu alcance visual, facultado a ela ter o acompanhamento de pessoa de sua escolha.
- B) o protocolo “Não é Não” será implementado em espetáculos musicais realizados em locais fechados e em shows, com venda de bebida alcoólica, inclusive em cultos e eventos realizados em locais de natureza religiosa, para promover a proteção das mulheres e para prevenir e evitar o constrangimento e a violência contra elas.
- C) a mulher tem o direito de ser acompanhada até o seu transporte, caso decida deixar o local.
- D) a mulher tem o direito de ser imediatamente afastada e protegida do agressor.
- E) é dever dos estabelecimentos abrangidos pela lei, se houver indícios de violência, colaborar para a identificação das possíveis testemunhas do fato.

39. Analise as assertivas abaixo sobre disposições da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006):

- I.** Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.
- II.** A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica ou superior mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.
- III.** A mulher ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher.
- IV.** É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Estão CORRETAS

- A) I, III e IV, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

40. Analise as assertivas abaixo em relação ao Sistema Único de Saúde:

- I.** As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde obedecem ao princípio da descentralização político-administrativa. Tal princípio não é compatível com qualquer iniciativa de hierarquização da rede de serviços de saúde.
- II.** O Sistema Único de Saúde é universal. Isso significa que todas as pessoas que o procuram devem ser atendidas, até mesmo migrantes, refugiados e apátridas.
- III.** Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde, só poderão ser exercidos em regime de tempo integral.
- IV.** Os servidores que legalmente acumulam dois cargos e empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde.

Estão CORRETAS

- A) II, III e IV, apenas.
 B) III e IV, apenas.
 C) II e IV, apenas.
 D) I, II e III, apenas.
 E) I, II, III e IV.

41. Quanto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é CORRETO afirmar que

- A) a organização da assistência social tem por diretriz a centralização político-administrativa, com comando único apenas no âmbito da União.
 B) a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema centralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas).
 C) o Cras (Centro de Referência de Assistência Social) é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.
 D) o Cras (Centro de Referência de Assistência Social) é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção básica às famílias.
 E) a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social contributiva, que provê os mínimos sociais.

42. O Plano Nacional de Políticas para Mulheres vigente (PNPM 2013/2015) foi construído por ocasião da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, fruto da escuta de gestoras de políticas públicas para mulheres e representantes da sociedade civil organizada.

No que diz respeito à educação para a igualdade e cidadania, NÃO é correto afirmar que o referido Plano

- A) reconhece que a educação brasileira já implementou integralmente o princípio da igualdade de gênero, pois há paridade nas matrículas em quase todos os níveis de ensino. Em reforço do argumento, grande parte dos indicadores educacionais mostra que as mulheres se sobressaem em relação aos homens; mais uma evidência da eliminação das desigualdades de gênero na educação brasileira.
 B) reconhece que a escola acaba reproduzindo a desigualdade vivida entre pessoas na sociedade, seja nos currículos, nos livros didáticos, nas práticas das salas de aula ou nos procedimentos de avaliação.
 C) conclui que a massiva presença de mulheres no professorado não é capaz de desfazer o quadro da desigualdade de gênero na educação brasileira.
 D) reafirma que uma educação de qualidade deve estar intrinsecamente associada à busca de igualdade entre seres humanos e à valorização da diversidade da sociedade brasileira.
 E) reconhece a necessidade de considerar a interseccionalidade entre gênero, raça, etnia, rural/urbano e orientação sexual para o desenvolver políticas específicas que combatam preconceitos, mesmo entre mulheres.

43. Com o objetivo de prevenir mortes violentas de mulheres em razão da desigualdade de gênero, e visando garantir direitos e acesso à justiça para mulheres mediante ações governamentais intersetoriais, o Governo Federal instituiu o Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios (Decreto n. 11.640, de 16 de agosto de 2023).

Analise as afirmativas abaixo sobre os eixos estruturantes do Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios:

- | | |
|-------------|--|
| I. | Ações planejadas para evitar que a violência aconteça e que visem à mudança de atitudes, crenças e comportamentos para eliminar os estereótipos de gênero, promover a cultura de respeito e não tolerância à discriminação, à misoginia e à violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, e para construir relações de igualdade de gênero, envolvidas as ações de educação, formal e informal, com a participação de setores da educação, da cultura, do esporte, da comunicação, da saúde, da justiça, da segurança pública, da assistência social, do trabalho, do emprego, dentre outros. |
| II. | Ações planejadas para a intervenção precoce e qualificada que visem evitar a repetição e o agravamento da discriminação, da misoginia e da violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, desenvolvidas por meio das redes de serviços especializados e não especializados nos setores da segurança pública, saúde, assistência social e justiça, dentre outros, e apoiadas com o uso de novas ferramentas para identificação, avaliação e gestão das situações de risco, da proteção das mulheres e da responsabilização das pessoas autoras de violência. |
| III. | Ações planejadas para mitigar os efeitos da discriminação, da misoginia e da violência com base em gênero e em suas interseccionalidades e para promover a garantia de direitos e o acesso à justiça por meio de medidas de reparação, compreendidos programas e políticas que abordem a integralidade dos direitos humanos e garantam o acesso à saúde, à educação, à segurança, à justiça, ao trabalho, à habitação, dentre outros. |

- IV.** Ações planejadas para mitigar os efeitos da discriminação, da misoginia e da violência com base em gênero e em suas interseccionalidades e para promover a garantia de direitos e o acesso à justiça por meio de medidas de reparação, que incluam o direito à memória, à verdade e à justa responsabilização de pessoas agressoras e reparações financeiras às vítimas sobreviventes e às vítimas indiretas.

São ações compreendidas no eixo estruturante de prevenção terciária do Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios:

- A) III e IV, apenas.
 B) I, II e III, apenas.
 C) II e IV, apenas.
 D) I, II, III e IV.
 E) II, III e IV, apenas.

44. Assinale a alternativa INCORRETA quanto à interpretação dada à Lei Maria da Penha (Lei Federal n. 11.340/2006) no tocante ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

- A) O juiz não pode, sem pedido da vítima, marcar audiência para que ela desista de processar o agressor nos crimes de violência contra a mulher em que a ação penal seja condicionada à sua manifestação.
 B) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.
 C) O Ministério Público pode propor ação penal em caso de violência doméstica contra a mulher, mesmo de caráter leve, sem necessidade de representação da vítima.
 D) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstica impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
 E) Admite-se a aplicação do princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

45. Analise as afirmativas abaixo a respeito das relações sociais de gênero e da família na contemporaneidade:

- I.** A família é uma organização naturalmente hierarquizada, na qual os adultos naturalmente têm o direito de submeter as crianças ao seu poder, e a mulher espontaneamente e de forma natural submete-se ao homem designado chefe da família.
II. As desigualdades de gênero entre homens e mulheres advêm de uma construção sociocultural que não encontra respaldo nas diferenças biológicas dadas pela natureza.
III. Não se pode afirmar que as relações sociais entre homens e mulheres são marcadas pela desigualdade e hierarquia, posto que a lei já assegure o ideal igualitário.
IV. Por funcionar como um sistema e fazer-se presente nas relações sociais, o patriarcado também é reproduzido pelas mulheres, mesmo sem a presença direta de um homem.

A partir das perspectivas trazidas pela epistemologia feminista, estão INCORRETAS

- A) I e III, apenas.
 B) II, e III, apenas.
 C) I e IV, apenas.
 D) I, II e III, apenas.
 E) I, II, III e IV.

46. Em relação à divisão sexual do trabalho, não é CORRETO afirmar que

- A) a divisão sexual do trabalho segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos, de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos.
 B) a divisão sexual do trabalho restou completamente superada após a inserção das mulheres no mercado de trabalho.
 C) a divisão sexual do trabalho resulta na imposição de maiores obrigações às mulheres do que aos homens na vida privada.
 D) não obstante um incremento da presença feminina no mundo do trabalho, a divisão sexual do trabalho persiste na visa social contemporânea, com a preservação de funções e setores profissionais que concentram homens e mulheres diversamente, seja no ambiente da família ou no mercado.
 E) estereótipos de gênero acerca do que seriam atividades tipicamente femininas ou masculinas dão sustentação e legitimam a divisão sexual do trabalho.

47. Em julgamento histórico, o Supremo Tribunal decidiu declarar a inconstitucionalidade da tese da legítima defesa da honra em agosto de 2023. Segundo Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal na época do julgamento: “A teoria da legítima defesa da honra traduz expressão de valores de uma sociedade patriarcal, arcaica, autoritária, cuja cultura do preconceito e da intolerância contra as mulheres sucumbiu à superioridade ética e moral dos princípios humanitários da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana”.

Com base na declaração da Ministra Rosa Weber, é CORRETO concluir que a tese da legítima defesa da honra foi declarada inconstitucional em razão

- A) da superioridade ética e moral das mulheres em relação aos homens.
- B) de seu caráter manifestamente machista e misógino, pois era invocada apenas em relação a mulheres com vida sexual ativa.
- C) de sua compatibilidade com os valores da sociedade brasileira, que se preocupa em combater o machismo e a misoginia.
- D) da necessidade de situar valores religiosos e morais acima dos valores jurídicos.
- E) da violação dos direitos à igualdade e liberdade entre homens e mulheres e por expressar uma visão patriarcal da sociedade.

48. A ética na administração pública tem o princípio da moralidade administrativa como um de seus princípios orientadores.

Analise as afirmativas abaixo acerca da moralidade administrativa:

- I.** Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo à moralidade administrativa.
- II.** Lei complementar poderá estabelecer hipóteses de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, com o objetivo de proteger a probidade administrativa e a moralidade para exercício do mandato.
- III.** A improbidade administrativa é uma das hipóteses autorizadas da perda ou suspensão de direitos políticos.
- IV.** São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade na administração.

Estão CORRETAS

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

49. No âmbito do Município do Recife, o Decreto Nº 27.627 de 16 de dezembro de 2013 instituiu o Código de Ética do Servidor Público do Poder Executivo Municipal.

Assinale a alternativa que NÃO corresponde a dever de todo servidor do Município do Recife e de sua administração indireta.

- A) Realizar críticas de forma polida e visando, única e exclusivamente, à melhoria dos serviços, sendo vedado o anonimato.
- B) Ser assíduo e pontual.
- C) Racionalizar o uso de bens e de materiais, preferindo a utilização de bens reciclados.
- D) Saber trabalhar em equipe, evitando comportamento intransigente perante a chefia, os subordinados e os colegas de trabalho.
- E) Negar-se a protocolizar pedido em relação a pretensão que sabe ser improcedente.

50. O Decreto n. 27.627 de 16 de dezembro de 2013 instituiu a Comissão Central de Ética dos Servidores do Poder Executivo do Município do Recife.

Analise as afirmativas abaixo em relação à referida Comissão Central de Ética:

- I.** A Comissão Central de Ética será composta de 5 (cinco) membros, dentre detentores de cargos efetivos, estáveis, sendo 02 (dois) representantes da Controladoria Geral do Município, 02 (dois) representantes da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas e 01 (um) representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos.
- II.** Cabe à Comissão Central de Ética apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta de servidores e de quaisquer cidadãos do Recife, verificando a sua adequação às normas éticas pertinentes.
- III.** A Comissão Central de Ética deverá adotar o formalismo moderado como norteador de todas as fases de sua atuação, observados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.
- IV.** Os membros da comissão central de ética terão um mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução.

Estão INCORRETAS

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II e III, apenas.



MUNICÍPIO DO RECIFE
PROCURADORIA-GERAL



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A SECRETARIA DA MULHER
CONCURSO PÚBLICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Analise as assertivas abaixo sobre direitos e garantias fundamentais:

- I. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica, mesmo que as invoque para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e se recuse a cumprir prestação alternativa, prevista em lei.
- II. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, e as associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- III. A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, é um direito fundamental assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas.
- IV. Constitui espécie de direito ou garantia fundamental protegido expressamente pela Constituição Federal o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Estão CORRETAS

- A) II, III e IV, apenas. B) I, II, III e IV. C) II e III, apenas. D) III e IV, apenas. E) I, II e III, apenas.

52. Direito Civil – Francesco e Mariana conheceram-se em Recife e, após anos de relacionamento afetivo, casaram. Tendo em vista o fato de Francesco ser cidadão Italiano, casam-se em dezembro de 2022 no consulado da Itália em Recife, ocasião em que informam que o casal fixará domicílio na Cidade de Lisboa em Portugal logo após a lua-de-mel, e efetivamente passaram a residir na Capital Portuguesa a partir de janeiro de 2023. Devido a desentendimentos entre o casal, Mariana voltou a residir em Recife a partir de dezembro de 2023 e procurou aconselhamento jurídico sobre seus direitos, caso desejasse ajuizar ação de divórcio.

É CORRETO afirmar que a lei aplicável ao regime de bens do casal será

- A) a lei italiana, visto que o casamento foi celebrado no Consulado da Itália.
- B) a lei brasileira, posto que o casamento foi celebrado em território brasileiro.
- C) a lei italiana, porquanto prevaleça a lei do domicílio do homem, que deve ser considerado chefe da família.
- D) a lei brasileira, pois a lei a brasileira é sempre aplicável a casamentos contraídos por brasileiros.
- E) a lei portuguesa em razão do fato de os nubentes terem fixado domicílio em território português.

53. Maria, em razão de ameaças de causação de dano iminente contra si e sua família, temendo por sua honra e de seus familiares, concordou em assinar procuração transferindo a administração de todos os seus bens para seu marido João, que fez reiteradas ameaças de divulgação de fotos da intimidade sexual do casal. Contudo, devidamente assistida por profissional da advocacia, Maria obteve liminar junto à Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher no sentido de suspender os efeitos desta procuração.

Considerando que Maria buscou seu aconselhamento em relação à adoção de providências em relação a essa procuração no âmbito cível, é CORRETO afirmar que

- A) o caso é de ajuizamento de ação anulatória do negócio jurídico em razão do estado de perigo, posto que Maria celebrou este negócio premida da necessidade de salvar pessoas de sua família e a si mesma.
- B) o caso é de ajuizamento de ação declaratória de inexistência do negócio jurídico, tendo em vista a invalidade da manifestação de vontade.
- C) deve ser ajuizada ação anulatória do negócio jurídico em virtude do vício jurídico da coação, posto que incutiu em Maria fundado temor de dano iminente e considerável à sua família e a ela mesma.
- D) deve ser ajuizada ação de nulidade do negócio jurídico, que não se sujeita a prazo decadencial ou prescricional, pois restou caracterizada a simulação.
- E) deve ser ajuizada ação de nulidade do negócio jurídico em razão do vício da lesão, pois resta evidente que Maria agiu sob premente necessidade ou por inexperiência.

54. Em relação ao regime jurídico aplicável aos casos de improbidade administrativa, é CORRETO afirmar que

- A) se considera agente público, sujeito a sanções pela prática de atos de improbidade administrativa, o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce atividade necessariamente remunerada, ainda que transitoriamente, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- B) constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- C) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão culposa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- D) apenas membros do Ministério Público poderão representar a autoridade administrativa competente, para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- E) na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. A eventual decretação de indisponibilidade poderá alcançar até mesmo o bem de família do réu.

55. No que diz respeito à intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico, é INCORRETO afirmar que

- A) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre desapropriação.
- B) compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.
- C) a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, desde que seu proprietário não possua outra.
- D) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- E) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

56. Analise as afirmativas abaixo em relação à Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), que visa reprimir a violência doméstica e familiar cometida contra a mulher:

- | | |
|-------------|--|
| I. | Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha constitui crime sujeito à pena de detenção. |
| II. | As medidas protetivas de urgência serão concedidas levando em consideração a tipificação penal da violência, e desde que se comprove o ajuizamento de ação penal ou cível ou ao menos a existência de inquérito penal ou do registro de boletim de ocorrência. |
| III. | Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha veda a imposição de pena de multa isoladamente, ainda que prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal imputado. |
| IV. | Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, desde que haja instrução probatória específica sobre a ocorrência do dano moral. |

Estão INCORRETAS

- A) II, III e IV, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

57. Quanto aos crimes contra a dignidade sexual, é INCORRETO afirmar que

- A) apenas se considera crime hediondo o crime de estupro na forma qualificada, ou seja, se da conduta resulte morte, ou se da conduta resulte lesão corporal de natureza grave ou se a vítima for menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos.
- B) homens e mulheres podem ser sujeitos passivos do crime de estupro.
- C) nos crimes de estupro e violação sexual mediante fraude, procede-se mediante ação penal pública incondicionada.
- D) o crime de assédio sexual pressupõe subordinação da vítima em relação ao agente, que se prevalece de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.
- E) também incorre na pena prevista para o crime de registro não autorizado da intimidade sexual quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo.

58. Analise as afirmativas abaixo em relação à prisão:

- I. No intuito de assegurar o cumprimento das medidas protetivas de urgência, será admitida a decretação de prisão preventiva nos crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, mesmo que se trate de ilícito sujeito à pena máxima inferior a 4 (quatro) anos e o autor seja réu primário.
- II. A dúvida sobre a identidade civil da pessoa não autoriza a decretação de prisão preventiva.
- III. É admissível a decretação de prisão preventiva, ainda que existam provas de excludentes de ilicitude.
- IV. A não exibição do mandado de prisão em razão de crime inafiançável impede a realização da prisão do acusado.

Estão INCORRETAS

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

59. Assinale a afirmativa INCORRETA em relação à interpretação e aplicação da lei processual penal no espaço.

- A) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e interpretação analógica.
- B) A lei processual penal admitirá o suplemento dos princípios gerais de direito.
- C) As normas processuais penais brasileiras só se aplicam no território nacional.
- D) A aplicação da lei processual penal no espaço é orientada pelo princípio da territorialidade, que resulta na exclusão da aplicação da lei processual estrangeira em território brasileiro.
- E) A aplicação da lei processual penal no espaço orienta-se pelas mesmas regras da aplicação da lei penal no espaço.

60. A Lei Nº 13.869, de 05 de setembro de 2019, dispõe sobre crimes de abuso de autoridade.

Assinale a alternativa INCORRETA em relação a essa Lei.

- A) Nos crimes previstos na Lei 13.869/2019 (lei do abuso de autoridade), procede-se mediante ação penal pública incondicionada.
- B) A perda do cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos, é um dos efeitos da condenação por crime de abuso de autoridade. Tal efeito, contudo, é condicionado à reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automático, posto que deve ser declarado motivadamente na sentença.
- C) As penas previstas na lei do abuso de autoridade serão aplicadas, independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.
- D) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- E) A sentença penal condenatória em relação ao crime de abuso de autoridade tem por efeito tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, independentemente de requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos.

QUESTÃO DISCURSIVA

A questão a seguir é discursiva e deverá conter a extensão máxima de 20 (vinte) e a mínima de 15 (quinze) linhas. Ao final, o texto produzido deverá ser transcrito, com letra legível, para o Cartão de Leitura Ótica específico.

AS LINHAS ABAIXO DA QUESTÃO SERVIRÃO APENAS PARA RASCUNHO

É necessário refletir na contemporaneidade sobre as novas configurações do mundo do trabalho e o acesso das mulheres ao mercado, em especial a partir da questão da divisão de classe, sexual e raça/etnia.

Nessa direção, produza um texto dissertativo sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, seus direitos e desafios na atual sociedade capitalista e heteropatriarcal.

CADERNO 03
ANALISTA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES
ADVOGADA